

## VESTIBULINHO – 2º SEMESTRE/2025

# ESPECIALIZAÇÃO EM ASSESSORIA PARLAMENTAR



### SUA PROVA

- O candidato receberá do fiscal de sala:
  - Este caderno de prova, contendo **30 (trinta)** questões objetivas; e
  - Um **Cartão Resposta** destinado às respostas das questões objetivas.
- Após certificar-se de que o Cartão Resposta é seu, assine-o com caneta esferográfica de tinta preta ou azul no local em que há a indicação: “ASSINATURA DO CANDIDATO”.
- Após o recebimento do Cartão Resposta, não o dobre e nem o amasse, manipulando-o o mínimo possível.
- Cada questão contém 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D, E) das quais somente uma atende às condições do enunciado.
- Responda a todas as questões. Para cômputo da nota, serão considerados apenas os acertos.
- Os espaços em branco contidos neste caderno de questões poderão ser utilizados para rascunho.
- Assinale as alternativas escolhidas no Cartão Resposta utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher o Cartão Resposta, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois o Cartão Resposta não será substituído.
- Preencha os círculos do Cartão Resposta, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e com traço forte e cheio, conforme o exemplo a seguir (A) (B) (C) (D) (E)
- Quando você terminar a prova, avise ao Fiscal, pois ele recolherá o Cartão Resposta, na sua carteira. Ao término da prova, você somente poderá retirar-se da sala do Exame após entregar o Cartão Resposta, devidamente assinado, ao Fiscal.



### TEMPO

- 4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão Resposta** da prova objetiva.
- Após o início do Exame, você deverá permanecer no mínimo até às 15h30min dentro da sala do Exame, podendo, ao deixar este local, levar consigo o caderno de questões.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Enquanto o candidato estiver realizando o Exame, é terminantemente proibido utilizar equipamento eletrônico, como calculadora, telefone, celular, computador, tablet, reproduzidor de áudio, máquina fotográfica, filmadora, equipamento eletrônico do tipo vestível (como smartwatch, óculos eletrônicos, ponto eletrônico), radiocomunicador ou aparelho eletrônico similar, chapéu, boné, lenço, gorro, máscara fechada que impeça a visualização do rosto, óculos escuros, corretivo líquido/fita ou quaisquer outros materiais (papéis) estranhos à prova. Quanto ao telefone celular (o(s) aparelho(s) deverá(ão) permanecer totalmente desligado(s), durante o exame, inclusive sem a possibilidade de emissão de alarmes sonoros ou não, nas dependências do prédio onde o Exame será realizado).



### DECLASSIFICAÇÃO

- Será desclassificado do Processo Seletivo-Vestibulinho, do 2º semestre de 2025, o candidato que:
  - realizar a prova sem apresentar um dos documentos de identidade originais exigidos ou não atender o previsto nos §§5º e 6º do artigo 23 da Portaria CEETEPS-GDS que regulamenta o Processo Seletivo-Vestibulinho;
  - não apresentar um dos documentos de identidade originais exigidos ou não atender o previsto nos §§5º e 6º do artigo 23 da Portaria CEETEPS-GDS que regulamenta o Processo Seletivo-Vestibulinho;
  - retirar-se da sala de provas sem autorização do Fiscal, com ou sem o caderno de questões e/ou o Cartão Resposta;
  - utilizar-se ou tentar utilizar qualquer tipo de equipamento eletrônico, de comunicação e/ou de livros, notas, impressos e apontamentos durante a realização do exame;
  - retirar-se do prédio em definitivo, antes de decorridas duas horas do início do exame, por qualquer motivo;
  - perturbar, de qualquer modo, a ordem no local de aplicação das provas, incorrendo em comportamento indevido durante a realização do exame;
  - retirar-se da sala de provas com o Cartão Resposta;
  - utilizar ou tentar utilizar meio fraudulento em benefício próprio ou de terceiros, em qualquer etapa do exame;
  - não atender as orientações da equipe de aplicação durante a realização do exame;
  - realizar ou tentar realizar qualquer espécie de consulta ou comunicar-se e/ou tentar comunicar-se com outros candidatos durante o período das provas;
  - realizar a prova fora do local determinado pela Etec/Extensão de Etec (Classe descentralizada).

### PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

1. A Constituição Federal de 1988 é o marco legal que define os princípios fundamentais da organização política brasileira. No artigo 1º está estabelecido que o Brasil é constituído em um Estado Democrático de Direito, baseado na soberania popular. Considerando esse princípio, identifique a alternativa verdadeira.

- (A) O poder emana dos representantes eleitos e não diretamente do povo.
- (B) O povo exerce o poder apenas por meio do Congresso Nacional.
- (C) O Estado é soberano em relação aos direitos dos cidadãos.
- (D) O Judiciário tem prioridade sobre os demais poderes na organização estatal.
- (E) Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por representantes eleitos.

2. O Senado Federal é uma das casas que compõem o Poder Legislativo brasileiro, sendo responsável pela representação das unidades federativas. Sobre sua composição, assinale o item correto.

- (A) Cada estado e o DF elegem um senador, com mandato de quatro anos.
- (B) Cada estado e o DF elegem três senadores, com mandatos de oito anos.
- (C) A quantidade de senadores por estado depende da população.
- (D) O Senado Federal é composto por deputados estaduais eleitos.
- (E) Senadores são indicados diretamente pelo Presidente da República.

3. A Câmara dos Deputados é a casa legislativa que representa diretamente a população brasileira. Considerando sua composição e função, marque o item correto.

- (A) Representa os estados da federação proporcionalmente.
- (B) É composta por parlamentares estaduais e municipais.
- (C) É responsável por julgar ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) É composta por deputados federais eleitos proporcionalmente à população dos estados.
- (E) Elabora decretos executivos para o Executivo Federal.

4. O sistema de governo adotado no Brasil foi definido em plebiscito popular em 1993. Desde então, o Brasil tem funcionado sob um modelo em que o Presidente da República exerce, simultaneamente, as funções de Chefe de Estado e de Governo. Esse modelo é conhecido como:

- (A) Parlamentarismo.
- (B) Monarquia Constitucional.
- (C) Presidencialismo.
- (D) Governo de coalizão.
- (E) República parlamentarista.

5. Os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal representam avanços na consolidação da cidadania no país. O artigo 6º explicita direitos essenciais à dignidade humana. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esses direitos.

- (A) Liberdade, propriedade, voto e religião.
- (B) Educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia e transporte.
- (C) Lazer, esporte, arte, recreação e empreendedorismo.
- (D) Saúde, liberdade, sigilo bancário e moradia.
- (E) Propriedade, herança, segurança pública e representação política.

6. Segundo o artigo 2º da Constituição Federal de 1988, os três Poderes da União são independentes e harmônicos entre si. Essa separação busca garantir o equilíbrio institucional e o funcionamento adequado do Estado brasileiro. São esses poderes:

- (A) Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (B) Executivo, Legislativo e Ministério Público.
- (C) Executivo, Judiciário e Polícias Militares.
- (D) Executivo, Senado e Câmara dos Deputados.
- (E) Legislativo, Judiciário e Forças Armadas.

7. A Constituição de 1988 estabelece que a administração pública pode se organizar sob as formas direta e indireta. Enquanto a administração direta é composta pelos órgãos integrantes dos três poderes, a indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria. Identifique a alternativa que apresenta corretamente um exemplo de administração indireta.

- (A) Ministério da Educação.
- (B) Secretaria Municipal de Saúde.
- (C) Gabinete do Prefeito.
- (D) Autarquia federal.
- (E) Procuradoria-Geral da República.

8. O assessor parlamentar tem como papel apoiar tecnicamente o mandato, realizando ações que envolvem comunicação, articulação institucional e produção legislativa. Dentre as atividades abaixo, marque qual é típica da função de assessoria parlamentar.

- (A) Elaborar sentenças judiciais.
- (B) Executar políticas públicas no município.
- (C) Redigir pareceres técnicos e acompanhar votações legislativas.
- (D) Controlar contratos administrativos do Executivo.
- (E) Assessorar campanhas eleitorais como prestador de contas.

9. A Lei nº 12.527/2011 garante o direito fundamental à informação, estabelecendo normas para o acesso a dados públicos por qualquer cidadão. Considerando os princípios da transparência e da publicidade, é correto afirmar que:

- (A) informações públicas só podem ser acessadas por servidores.
- (B) o cidadão pode solicitar informações a órgãos públicos sem precisar justificar o pedido.
- (C) informações de interesse coletivo são sigilosas.
- (D) a divulgação de informações depende de autorização do Judiciário.
- (E) os dados pessoais dos servidores públicos são sempre públicos.

10. O Poder Legislativo tem, entre suas funções típicas, legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Isso significa que:

- (A) elabora políticas públicas e executa obras.
- (B) aprova leis e fiscaliza a atuação do poder Executivo.
- (C) atua como braço do Judiciário.
- (D) garante o financiamento de campanhas políticas.
- (E) é subordinado ao Ministério da Justiça.

11. A participação popular é um dos pilares do Estado Democrático de Direito. A Constituição de 1988 prevê formas de participação direta da população nas decisões políticas. São instrumentos de democracia direta, exceto:

- (A) Plebiscito.
- (B) Referendo.
- (C) Iniciativa popular de leis.
- (D) Ação popular.
- (E) Mandado de injunção.

12. A descentralização da administração pública busca aproximar a tomada de decisões dos cidadãos e melhorar os serviços públicos. Um exemplo claro de descentralização é:

- (A) a centralização de decisões no Governo Federal.
- (B) a privatização de empresas públicas.
- (C) a extinção das funções das câmaras municipais.
- (D) a fusão entre União e estados.
- (E) a transferência de competências e recursos para os municípios.

13. O bicameralismo é uma característica do Poder Legislativo brasileiro. Isso significa que:

- (A) o Legislativo é dividido em dois poderes distintos.
- (B) a União possui dois presidentes eleitos.
- (C) o Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- (D) cada estado tem sua própria casa legislativa federal.
- (E) o Judiciário pode propor leis junto ao Legislativo.

14. Os princípios constitucionais que regem a administração pública orientam o comportamento ético, jurídico e funcional dos agentes públicos. Entre os princípios expressos no artigo 37 da Constituição Federal, estão:

- (A) Legalidade, publicidade, eficiência, moralidade e impessoalidade.
- (B) Hierarquia, meritocracia, governabilidade e soberania.
- (C) Universalidade, gratuidade, isonomia e equidade.
- (D) Celeridade, autonomia, democracia e estabilidade.
- (E) Segurança, economia, autoridade e universalidade.

15. No exercício de suas funções, o assessor parlamentar elabora pareceres e notas técnicas. Esses documentos são fundamentais para embasar as ações do mandato. Nesse contexto, é correto afirmar que esses documentos:

- (A) devem promover o partido político representado.
- (B) devem apresentar argumentos exclusivamente opinativos.
- (C) devem ser embasados em normas legais, dados técnicos e informações confiáveis.
- (D) podem ser redigidos em linguagem informal e persuasiva.
- (E) devem discutir apenas aspectos jurídicos do tema.

16. Os contratos de concessão de serviços públicos envolvem a delegação de atividades estatais a particulares, com regras previamente estabelecidas e fiscalização do Estado. Sobre esse tipo de contrato, marque a alternativa correta.

- (A) A transferência da titularidade do serviço ao privado é obrigatória.
- (B) O Estado deixa de fiscalizar os serviços delegados.
- (C) A prestação do serviço público é delegada a um particular mediante contrato, com fiscalização do poder concedente.
- (D) As concessões são exclusivas para empresas públicas.
- (E) As concessões não estão sujeitas à legislação vigente.

17. Em relação aos conselhos de políticas públicas, como o Conselho da Criança e do Adolescente ou o Conselho de Saúde, é correto afirmar que sua função pode ser definida como:

- (A) Controle hierárquico interno.
- (B) Fiscalização judicial das ações do Executivo.
- (C) Representação partidária nos parlamentos estaduais.
- (D) Consultoria jurídica ao poder Judiciário.
- (E) Monitoramento e participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas.

18. No Brasil, a elaboração das leis segue um processo legislativo próprio, definido pela Constituição Federal e pelos regimentos internos das casas legislativas. A primeira etapa desse processo, geralmente, se inicia com a:

- (A) apresentação de um projeto de lei.
- (B) aprovação de emenda constitucional.
- (C) votação em plenário.
- (D) emissão de decreto legislativo.
- (E) sanção presidencial.

19. A assessoria parlamentar acompanha o andamento dos projetos de lei e atua em diversas frentes legislativas. Uma de suas atribuições mais importantes é:

- (A) Gerenciar o orçamento público do Executivo.
- (B) Redigir sentenças judiciais e pareceres jurídicos finais.
- (C) Fiscalizar obras públicas nas cidades.
- (D) Emitir portarias e instruções normativas.
- (E) Acompanhar votações em comissões e no plenário, subsidiando tecnicamente o mandato.

20. O Regimento Interno de uma casa legislativa regula o funcionamento dos seus órgãos, o trâmite das proposições e as competências de suas comissões e plenário. Sobre esse instrumento normativo, é correto afirmar:

- (A) Estabelece normas para o funcionamento interno da casa legislativa, como prazos, procedimentos e organização das sessões.
- (B) Regula apenas os salários dos parlamentares.
- (C) Define as competências do poder Judiciário.
- (D) Tem força de lei ordinária federal.
- (E) Está vinculado exclusivamente ao Executivo.

21. A administração pública, ao contratar serviços e adquirir bens, deve obedecer aos princípios da legalidade e da impessoalidade, utilizando mecanismos legais específicos. A Lei nº 8.666/1993, recentemente complementada pela Lei nº 14.133/2021, trata das normas gerais sobre:

- (A) a concessão de aposentadorias e benefícios previdenciários.
- (B) o funcionamento de partidos políticos e das eleições.
- (C) as licitações e contratos da administração pública.
- (D) a organização do Poder Judiciário e suas competências.
- (E) os direitos individuais e coletivos dos trabalhadores urbanos.

22. O orçamento público é um instrumento essencial para a definição de prioridades e políticas públicas do governo. Ele é composto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pelo Plano Plurianual (PPA) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Esta última tem como principal função:

- (A) regular a cobrança de tributos federais.
- (B) estabelecer a previsão de receitas e a fixação de despesas para o exercício financeiro seguinte.
- (C) dispor sobre a organização dos poderes Legislativo e Judiciário.
- (D) definir metas de desempenho para empresas públicas.
- (E) gerir diretamente os repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

23. A Controladoria-Geral da União (CGU) é um órgão vinculado à Presidência da República, com a função de promover a integridade e a transparência da administração pública. Sua atuação principal está relacionada a:

- (A) julgar processos eleitorais e ações partidárias.
- (B) elaborar normas para o Poder Legislativo.
- (C) fiscalizar internamente os órgãos do Poder Executivo federal, promovendo o controle e a prevenção da corrupção.
- (D) definir os repasses de emendas parlamentares.
- (E) regulamentar a atuação das Forças Armadas.

24. O artigo 175 da Constituição Federal determina que o Estado deve garantir a prestação de serviços públicos diretamente ou por meio de concessão, permissão ou autorização. Um exemplo claro de serviço prestado sob regime de concessão é a(o):

- (A) atendimento médico em unidades básicas de saúde.
- (B) emissão de documentos pela Polícia Federal.
- (C) fiscalização do cumprimento de leis ambientais.
- (D) transporte coletivo urbano operado por empresa privada com contrato público.
- (E) organização de processos seletivos do funcionalismo público.

25. O princípio da eficiência, introduzido expressamente pela Emenda Constitucional nº 19/1998 no artigo 37 da Constituição Federal, estabelece um novo parâmetro para a atuação dos servidores públicos. Esse princípio determina que:

- (A) o servidor público deve cumprir ordens superiores sem questionamentos.
- (B) a administração pública deve focar apenas em economia de recursos.
- (C) a atuação do servidor pode ser informal, desde que funcional.
- (D) a eficiência se aplica exclusivamente às empresas públicas.
- (E) o serviço público deve ser prestado com qualidade, celeridade e foco em resultados.

26. A função fiscalizadora do Poder Legislativo é fundamental para o equilíbrio entre os poderes e para a promoção da transparência na gestão pública. Essa função é exercida principalmente por meio:

- (A) das comissões parlamentares, audiências públicas e requerimentos de informação.
- (B) de decisões judiciais proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) das emendas constitucionais votadas anualmente.
- (D) dos pareceres emitidos exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União.
- (E) do poder regulamentar atribuído ao Executivo.

27. As parcerias entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ganharam novo ordenamento jurídico com a edição da Lei nº 13.019/2014, que define regras para termos de colaboração e fomento. Essa legislação é conhecida como:

- (A) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) Lei de Licitações e Contratos.
- (C) Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.
- (D) Lei da Transparência Pública.
- (E) Código de Ética do Servidor Público.

28. As Medidas Provisórias são normas com força de lei editadas pelo Presidente da República em casos de relevância e urgência. Sobre sua natureza e tramitação, assinale a alternativa correta.

- (A) As medidas provisórias têm efeito imediato e permanente, sem necessidade de aprovação.
- (B) Elas possuem força de lei imediatamente, mas dependem de aprovação posterior do Congresso Nacional.
- (C) Somente o Congresso pode editar medidas provisórias.
- (D) São editadas exclusivamente para regulamentar a atividade econômica privada.
- (E) Só podem tratar de matéria tributária.

29. O modelo federativo brasileiro se baseia na divisão de competências entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Essa divisão está estruturada com base no princípio da:

- (A) Repartição constitucional de competências.
- (B) Centralização normativa.
- (C) Exclusividade federativa.
- (D) Autonomia absoluta dos municípios.
- (E) Supremacia do Poder Legislativo.

30. Grande parte do trabalho legislativo ocorre nas comissões permanentes e temporárias, onde se discutem, analisam e votam proposições. A atuação do assessor parlamentar nesse espaço exige:

- (A) apenas o domínio das redes sociais para informar o público.
- (B) conhecimento exclusivo do trâmite de emendas orçamentárias.
- (C) atuação restrita à área jurídica do gabinete.
- (D) elaboração de discursos de campanha e peças publicitárias.
- (E) domínio do Regimento Interno, das etapas do processo legislativo e das competências específicas de cada comissão.

